

Associativismo de «pequenos interesses» no final do século XIX: em Lisboa como noutras cidades europeias?

Daniel Alves

Em 1864, um “defensor dos lojistas” fazia a apologia do associativismo na vida comercial lisboeta como forma de garantir a “liberdade de trabalho”, que sentiam estar a ser “coarctada” pelas autoridades administrativas da época (*Diário de Portugal: defensor dos lojistas* 1864, no. 38, 19 de Fevereiro). Em 1870, também se falava nos vexames por que passava a “nossa liberdade industrial”, uma matéria que era “de tal importância para os lojistas, que a associação [criada nesse mesmo ano] não deve levantar mão dela enquanto não for resolvida favoravelmente.” (ACLL, 1870b:15) Este discurso estava ainda presente, com as mesmas cambiantes, no primeiro número do boletim associativo, começado a publicar em 1888. Era exigido que fosse “garantida a liberdade do trabalho e da indústria” aos lojistas, não sendo lícito ao Estado impor limites – que lembravam os “tempos abnóxios do absolutismo” – ao exercício da actividade comercial (ACLL 1888, no. 1, Janeiro:5).

Três épocas distintas na vida associativa dos lojistas de Lisboa, três polémicas igualmente diferentes por trás de cada um dos discursos, porém, um denominador comum: o que estava em causa era uma interpretação muito liberal sobre qual deveria ser o papel do Estado na regulamentação das actividades económicas pois, enquanto este procurava reforçar a sua intervenção, os lojistas entendiam que não deveriam, literalmente, pedir “licença” para trabalhar, pedir “licença” para abrir as suas lojas, para vender nelas determinados produtos ou para as manter abertas até determinadas horas. E faziam esta exigência tendo uma ideia muito clara sobre o seu papel na sociedade, como “*intermediários*” (ACLL 1893, no. 63, Fevereiro:6; *italico no original*), quer entre produtores e consumidores, quer entre operários e capitalistas. Em certo sentido, a sua noção de associativismo estava também num ponto mediano

entre a do sindicalismo que começava a afirmar-se na Europa da época e a dos lobbies de interesses, cada vez mais influentes no final do século XIX.

Procurando conhecer melhor as características deste associativismo, o que defendiam os indivíduos que o lideravam e qual o relevo desse discurso num quadro europeu mais amplo, começar-se-á por traçar um quadro geral sobre a evolução do associativismo comercial e industrial no final do século XIX, para de seguida comparar os principais aspectos do associativismo dos lojistas portugueses com o de outros países europeus, discutindo, por fim, se o discurso económico e social deste associativismo o colocava contra ou a favor do paradigma liberal vigente em boa parte da sociedade europeia durante a *Belle Epoque*.

Quadro geral sobre o associativismo comercial no final do século XIX

Na segunda metade do século XIX a fundação de muitas associações profissionais que agora eram alimentadas por adesões individuais e voluntárias, ao contrário do que se passava com as guildas e corporações do Antigo Regime, levou a que se passassem das sociedades de auxílio mútuo e de divulgação científica e técnica, características da primeira metade do século XIX, para a constituição de verdadeiros grupos de interesse organizados com capacidade de intervenção política, quer ao nível local, perante as autoridades administrativas e municipais, quer ao nível central, perante os governos e os parlamentos (Subacchi, 1997:156).

No caso português, mas também no caso espanhol e de outros países europeus, a criação deste último tipo de associações, no fundo, a passagem de um “modelo de inspiração iluminista para a formação de grupos de interesses, ocorreu em paralelo com o processo de modernização do Estado e da administração pública.” (Subacchi, 1997:157) No panorama português, os casos típicos de surgimento deste novo modelo organizativo são os da Associação Comercial do Porto¹ e da Associação Comercial de Lisboa², ainda na primeira metade do século, após a Guerra Civil, bem como o da

¹ Herdeira da Juntina, a congregação que nos finais do Séc. XVIII reunia os Homens de Negócios do Porto para defesa dos seus interesses, a Associação Comercial do Porto foi fundada em 1834.

² Em 1834, um núcleo de comerciantes constituiu a Associação Mercantil Lisbonense que, em Fevereiro de 1855, passaria a denominar-se Associação Comercial de Lisboa.

Real Associação Central da Agricultura Portuguesa (RACAP), esta já em 1860 (Bernardo, 1997; Bonifácio, 1986; L. A. Santos, 2004).

Algumas destas instituições, em especial as industriais e comerciais, representavam uma emancipação em relação à autoridade pública, começando a competir com e chegando até a substituir as tradicionais Câmaras de Comércio e Indústria que tinham sido “criadas e organizadas por intervenção das autoridades administrativas”. Assim aconteceu em países como a Itália ou a Alemanha. Noutros casos, em particular no sector comercial, a junção nas Câmaras das funções legais de regulamentação com as funções representativas terá levado a que as associações comerciais começassem a usar aqueles organismos, ou mesmo os Tribunais de Comércio, no caso português, para exercer pressão sobre os governos e os parlamentos. Este fenómeno foi particularmente evidente no caso das associações de lojistas em Itália e em França, mas é igualmente visível em Portugal no final da Monarquia, por exemplo, num esforço concertado da Associação Comercial de Lisboa, da Associação Industrial Portuguesa e da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa para dominarem as eleições para o Tribunal do Comércio (Subacchi, 1997:158 e 159; Alves, 2012:177–179).

O crescimento quantitativo e qualitativo das funções exercidas pelo Estado, a progressiva afirmação do sistema representativo e a extensão do sufrágio eleitoral foram factores que influenciaram o nascimento destes grupos de interesses ou pressão, uma outra face desse movimento associativo que nas últimas décadas do século XIX tocou praticamente todos os grupos socioeconómicos das sociedades europeias (Berger, 2006:158–162). À medida que os elementos dos vários grupos começaram a ter um peso mais significativo no eleitorado, assim se notou um aumento da sua participação não só nas eleições, onde seria óbvio e natural, mas também nas associações de classe, como então se chamavam, com o objectivo de coordenar esforços no sentido de procurar obter do Estado respostas para as suas reivindicações. Este fenómeno é visível tanto ao nível local, como no âmbito nacional, quando o jogo dos interesses levava a pressões junto dos parlamentos (Subacchi, 1997:159).

A questão aduaneira foi uma das mais abrangentes entre o fenómeno de pressão política exercida pelas associações de interesses. No caso daquelas ligadas à agricultura, se inicialmente parecem ter-se posicionado no campo do livre-cambismo, com a Grande Depressão do último quartel do século XIX, a sua atitude vai mudar na

direcção da constituição de um forte lobby junto do governo no sentido de um maior protecção (Subacchi, 1997:160).

O caso alemão apresenta uma evolução típica deste género de associações de interesses que pode ser encarado como modelar para o resto da Europa, inclusive para Portugal, mesmo que as datas dessa evolução não sejam totalmente coincidentes. Na década de 1870, estas associações eram formadas e dominadas por indivíduos ligados às elites dos grupos profissionais que estavam na sua origem, colaborando frequentemente com os governos e os políticos (L. A. Santos, 2004; Subacchi, 1997:161; Ullmann, 1997). Na década de 1890 a sua composição social tornou-se mais diversificada e a sua intervenção face ao Estado e ao poder político tem já traços de modernidade evidentes, como o recurso à imprensa e até, em alguns casos, a manifestações e protestos públicos. Nas primeiras décadas do século XX, algumas destas associações transformaram-se em organizações essencialmente de lobby político e outras até em partidos (Subacchi, 1997:161).

Quer ao nível europeu, quer no caso particular de Portugal, este associativismo foi mais precoce e mais frequente nos sectores económicos que beneficiavam com o liberalismo do século XIX, nomeadamente, a indústria e o comércio. Nestes dois sectores, a vida associativa “tornou-se cada vez mais abrangente a partir da década de 1880 na maioria dos países” europeus (Berger, 2006:159). Neste movimento associativo, as instituições ligadas à pequena burguesia urbana ocuparam um lugar de destaque, funcionando como centros de aprendizagem de uma vivência democrática que nos estados de tendência liberal se ia afirmando cada vez mais no último terço do século XIX.

Apesar de não se poder afirmar que este associativismo de “pequenos interesses” fosse acrítico face aos regimes liberais que tinham criado as condições para ele prosperar, sendo possível identificar muitos pontos de fricção entre estas associações de classe e as modernas tendências de concentração económica, por exemplo, o certo é que o seu radicalismo também nunca chegou ao ponto de se identificar plenamente com uma “oposição ao paradigma liberal”. Em certo sentido, os indivíduos das classes médias que participavam nesta vida associativa sentiam que essa mesma participação colectiva reforçava ou serviria para reforçar a defesa de um Estado e de uma sociedade cada vez mais liberais, embora de tendência moderada. A análise deste tipo de associativismo em termos comparados, entre o caso português,

representado pela Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, e alguns países europeus, permite destacar essas mesmas características de alguma ambiguidade e, ao mesmo tempo, defender a ideia de que a maior ou menor vivacidade desta vida associativa de cariz moderado terá de algum modo contribuído para o aprofundamento das democracias liberais do período pós-Grande Guerra.

O associativismo dos lojistas de Lisboa em perspectiva comparada

Em 1870, data de fundação da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, a capital tinha já uma associação representativa do comércio. Fundada em Junho de 1834 e mudando de nome em Fevereiro de 1855, a Associação Comercial de Lisboa representava contudo “a grande burguesia comercial de Lisboa” (Pereira, 1994:12; L. A. Santos, 2004:29–30; Trindade, Santos, and Carvalho 2002:17 e 45). Este género de associações comerciais eram relativamente frequentes em Portugal, tendo sido criadas várias logo na década de 1830. A Associação Comercial do Porto foi fundada ainda em 1834, no ano seguinte surgiram as da Figueira da Foz, Setúbal e Ponta Delgada, e em 1836 foi a vez do Funchal. Em 1858 surgiu a Associação Comercial de Aveiro e em 1863 foram fundadas as de Braga e Coimbra (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 1978:562–568; Lemos, 1900:3:189; Torgal, 1993:V:318). Contudo, na sua maioria, representavam quase exclusivamente os “negociantes”, os comerciantes “de grosso trato” dessas localidades (L. A. Santos, 2004:39-47).

Apesar do crescimento em número destas associações, esta é aparentemente uma fase de relativa calma no que diz respeito ao associativismo comercial em Portugal, incluindo nesta análise os vários níveis de profissionais ligados ao comércio: “comerciantes, lojistas, empregados e caixeiros”. Entre 1852 e 1890, período regido pelo artigo 292º do Código Penal que proibia qualquer associação com mais de 20 pessoas, foram fundadas 22 associações profissionais ligadas ao comércio, a maioria com objectivos mutualistas, número que conheceu um impulso decisivo após 1892 e até 1932, período durante o qual foram fundadas 111 associações, crescendo agora mais rapidamente as de cariz empresarial (Lousada, 2004:30-36). Esta segunda fase, que resultava, em parte, do “desenvolvimento urbano e fabril” e que teve na crise financeira da década de 1890 igualmente um importante estímulo, era já enquadrada

por legislação específica, nomeadamente, o decreto de 9 de Maio de 1891, rubricado pelo ministro António Cândido, que regulava “a existência das «associações de classe» que podem ser comerciais, industriais ou agrícolas, só de patrões, só de empregados, operários ou trabalhadores, e mistas”, e também pela portaria de 9 de Fevereiro de 1894, de Carlos Lobo de Ávila, onde se encontrava “explicitamente recomendado” ao governador civil o “policiamento” das associações de classe (Lousada, 2004:30; F. P. Santos, 1975:238; Tengarrinha 2002, I:206). Curiosamente, poder-se-ia pensar que esta última regulamentação era dirigida a um suposto crescendo de actividade de associações operárias, mas na realidade ela resultou do radicalismo do associativismo comercial que nesse mesmo ano tinha visto o governo de Hintze-Franco fechar as portas das suas associações por excesso de protestos contra a reforma fiscal (Alves, 2012:320-343).

Apesar dos dois períodos indicados e do ritmo mais lento registado até à década de 1890, o mundo do comércio era, por comparação com os restantes sectores de actividade, aquele onde o associativismo parecia mais dinâmico, na segunda metade do século XIX. Segundo Costa Goodolphim, referindo-se apenas à realidade observada até meados da década de 1870, “a classe comercial, uma das mais numerosas, é aquela que mais tem compreendido o princípio da associação, e o tem firmado em bases mais sólidas”, no que é confirmado pela recente investigação de Maria Alexandre Lousada (Goodolphim, 1974:98; Lousada, 2004:36).

Porém, este relativo dinamismo e mesmo o facto de Lisboa ter sido pioneira no associativismo comercial, não sossegavam o comércio retalhista da cidade antes de 1870, uma vez que se ressentia pelo facto de não ter representantes directos, sentindo a falta de uma associação que fizesse chegar a sua voz e as suas reivindicações junto dos poderes constituídos. Até porque algumas dessas reclamações nem sempre eram coincidentes com as dos grandes comerciantes. Provavelmente, os lojistas da capital portuguesa à época acabavam por sentir o mesmo, por exemplo, que os seus colegas espanhóis, na década de 1880, que viam a sua “representação política e a defesa dos interesses (...) subordinados ao controlo e direcção dos interesses do grande comércio e da grande indústria.” Efectivamente, em Madrid as associações onde estava integrado o pequeno comércio eram dominadas pela “burguesia mercantil da capital” (Núñez Seixas, 1996:35 e 38). Algo semelhante parecia estar a ocorrer do outro lado do Atlântico. As associações de pequenos comerciantes no México não lograram êxito

no último terço do século XIX. Estes indivíduos estavam ligados às Câmaras de Comércio que reuniam os grandes comerciantes, ocupando nelas um lugar subalterno e detendo uma influência precária (Rangel Contla, 1972:166-167).

No fundo, a diminuta representatividade da pequena burguesia comercial em algumas organizações ou instituições criadas ao longo do século XIX e com as quais o Estado pretendia fazer a ligação entre o mundo dos negócios e o poder central, acabou por ser um factor importante de mobilização deste estrato social, com reflexos quer na reivindicação da sua presença nos tribunais do comércio e nas associações comerciais, quer inclusive na fundação de associações “autónomas para os pequenos comerciantes”. Esta mobilização, efectivamente, “representou um factor importante para o desenvolvimento de uma identidade social” entre a pequena burguesia (Núñez Seixas, 1996:27). Se, por um lado, a fundação da ACLL em 1870 veio preencher esta lacuna, por outro lado, continuou por resolver a questão da representatividade no Tribunal do Comércio, por exemplo, problema solucionado apenas na década de 1890 quando as duas associações começaram a apresentar listas conjuntas para a eleição do júri.

Um outro factor, na base desta noção de interesses próprios divergentes em relação a um outro grupo social, parece ter sido importante na construção de uma identidade comum entre os lojistas e, ao mesmo tempo, responsável pela necessidade de criação de uma associação representativa autónoma dos “grandes interesses”. Esse factor era a idealização da sua própria imagem e do seu papel na sociedade elaborada, não só tendo por base as características próprias do que entendiam ser a classe dos “lojistas”, mas também através do confronto ou comparação com outros grupos sociais com os quais não pretendiam ser confundidos e com os quais igualmente não se sentiam identificados. O relatório de apresentação dos primeiros estatutos da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa dá, neste sentido, uma pista importante para se perceber esta perspectiva. Logo nos parágrafos iniciais, afirmava que “as necessidades sociais do lojista [eram] muito diferentes das do empregado público, do artista e do operário” (ACLL, 1870a:7). Estava aqui presente, claramente, uma noção de independência, centrada na posse de alguma propriedade que, no caso dos lojistas, era constituída pelo negócio e pela clientela, à falta de uma real propriedade das lojas, a maior parte das vezes arrendadas.

Inerente a esta perspectiva estava ainda a noção de que, além de patrões de si próprios ou proprietários, eram igualmente trabalhadores atrás do balcão, o que os distinguia dos grupos sociais superiores. Neste ponto, não se diferenciavam particularmente dos restantes colegas europeus que frequentemente se reconheciam e eram também reconhecidos, como pertencendo a um grupo que se situava no meio da sociedade, “entre o capital e o trabalho” (Entre outras referências, veja-se Mayer, 1975:433; Blackbourn, 1977:409-433; Ericsson, 1984:313-328; Ericsson, 1988). Os lojistas de Lisboa, em 1886, seriam taxativos ao afirmar que as “classes” que constituíam a ACLL tinham “quase por única riqueza a aptidão ao trabalho” (ACLL, 1886:12). Por isso, os lojistas não se consideravam representados na ACL, junto do grande comércio, da alta burguesia, mas tinham igualmente a noção que constituíam um grupo à parte dentro da pequena burguesia e claramente separado da classe operária, ou pelo menos interessado em fazer passar essa imagem, na medida em que a mesma lhes poderia garantir, por um lado, uma maior respeitabilidade junto dos poderes e, por outro, uma maior autonomia nas relações com outros grupos sociais.

Contudo, entre a ideia de uma representação própria e o momento da fundação associativa, o individualismo da classe ainda levava a que as “comissões” de protesto criadas para combater uma determinada medida – como a “comissão de lojistas da capital”, activada em Novembro de 1863 para reclamar contra a obrigatoriedade de fechar as lojas “depois da hora de recolher” (*Diário de Portugal: defensor dos lojistas* 1864, no. 1, 1 de Janeiro; no. 4, 6 de Janeiro e no. 10, 14 de Janeiro) – logo perdessem força e se dissolvessem quando o assunto ficava resolvido. Assim aconteceu em Lisboa, na década de 1860, e o mesmo se passou, por exemplo, com os lojistas parisienses ao criarem associações ou comissões efémeras para combater problemas específicos gerados por nova legislação, nomeadamente, fiscal, ou por novos concorrentes, como os grandes armazéns. Estes agrupamentos de lojistas, contudo, tendiam a “desintegrar-se tão rapidamente como tinham sido formados” e só em 1888 foi fundada uma associação mais estável e duradoura, a *Ligue syndicale du travail, de l'industrie et du commerce*, instituição que passou a representar os “pequenos comerciantes” da Cidade Luz (Nord, 1986:7 e 23-31).

Um outro exemplo pode ser o caso da Alemanha, onde os lojistas eram caracterizados como individualistas e “incapazes de reconhecer o valor do associativismo”, facto que era particularmente sentido ao nível dos merceiros,

levando a uma diminuta apetência dos pequenos comerciantes para a formação de associações profissionais (Blackbourn, 1977:416).

Esta era uma perspectiva comum a vários países, pois, aparentemente, quando as associações eram criadas com um fim muito específico, sem definição de objectivos a longo prazo, tinham tendência para se dissolverem assim que conseguissem os seus intentos (Subacchi, 1997:158).

Em parte, pode ser afirmado o mesmo em relação aos tempos iniciais da ACLL e ao facto de esta só ter sido fundada em 1870, após outras tentativas frustradas para a sua organização. Aliás, era frequente o discurso sobre o individualismo dos lojistas, o seu egoísmo e a pouca crença que depositavam na acção concertada, presente nos primeiros relatórios da gerência da ACLL, como desabafo para o reduzido número de sócios que a jovem agremiação conseguia atrair.

Se havia pontos de contacto entre os lojistas lisboetas e os de Madrid, Paris, Milão ou mesmo os da Alemanha, a fundação da ACLL acabou por ser singular num aspecto: na cronologia. Um pouco por toda a Europa, a pequena burguesia comercial foi incentivada à união e à mobilização política e associativa para a defesa dos seus direitos e interesses, essencialmente, a partir do final da década de 1880 (Benson, 1992:96; Blackbourn, 1984:50; Jaumain, 1995:163-164; Jaumain and Gaiardo, 1988:442-446; Morris, 1993:103-109; Morris, 1997:237-238 e 240-241; Morris, 2002:155 e 160; Winstanley, 1983:75-77). Por essa altura, a Associação dos Lojistas de Lisboa levava já quase duas décadas de existência e, em comparação com o caso alemão, por exemplo, os principais dinamizadores do associativismo entre os lojistas eram precisamente os merceeiros.

Mesmo no panorama nacional, se o associativismo do pequeno comerciante de Lisboa chegava com algum atraso em relação à burguesia comercial, por comparação com os lojistas de outras localidades, uma vez mais é possível destacar a relativa precocidade da ACLL. Veja-se, por exemplo, o caso da Associação de Lojistas do Porto, fundada apenas em 1892 (ACLL, 1892, no. 56, Julho:1-3). Em 1893, a ACLL refere a existência de outras três associações de lojistas, a Associação Comercial dos Lojistas de Coimbra, a de Santarém e a de Setúbal, mas não foi possível verificar a data de fundação das mesmas (ACLL, 1893, no. 64, Março, 3). Como é óbvio, neste caso funcionava também o factor “capital do reino” que, pela sua maior dinâmica comercial e elevado quantitativo populacional, potenciava a existência de um número

muito significativo de lojistas, o que poderá ter influenciado uma precoce tomada de consciência da identidade da classe e, nesse sentido, da necessidade de formação de uma associação representativa.

Em alguns estudos é precisamente destacado o factor de desenvolvimento urbano como um dos componentes da maturação de uma identidade comum entre a pequena burguesia (Crossick and Haupt, 1995:13 e 47). Em Portugal é igualmente apontado o “desenvolvimento urbano” como um dos factores impulsionadores do crescimento do movimento associativo, em termos gerais (Tengarrinha, 2002:I:206).

Uma outra diferença essencial está relacionada com o tipo de associação que os lojistas pretendiam e levaram à prática. Se nos primeiros estatutos ainda afluíam alguns aspectos de mutualidade, de socorros-mútuos, a realidade da vida associativa veio revelar antes uma clara tendência para a constituição da ACLL como uma instituição de pressão económica, onde o importante era o “princípio da representatividade de interesses”, mais ao estilo das associações que se formavam para os grandes comerciantes, ou, no caso da pequena burguesia, mais próxima do que iria ser a realidade, nacional e internacional, a partir da última década do século XIX (Lousada, 2004:34; Subacchi, 1997:157).

Se o *timing* e as características gerais fazem com que a ACLL se destaque das associações que foram criadas pela pequena burguesia comercial europeia, já as motivações para a sua criação têm tantos pontos de contacto, como diferenças, face às congéneres estrangeiras. Na Bélgica, por exemplo, o aparecimento das associações de lojistas teve um denominador comum à grande maioria, um objectivo claro: “a supressão das cooperativas de consumo ou, pelo menos, uma severa regulamentação das suas actividades.” Foi este o principal “catalisador” que possibilitou à pequena burguesia urbana ultrapassar as suas diferenças e constituir uma “frente unida”, mais tarde igualmente preocupada com outras questões, como os vendedores ambulantes ou a pressão fiscal (Jaumain, 1995:163-164). Em Milão, foi precisamente esta última que acabou por despertar uma consciência de classe entre os lojistas e os levou ao movimento associativo e a uma participação política mais activa, mas igualmente importante foi a contestação às cooperativas de consumo (Morris, 1993:95-102 e 140-153). Em Paris, as justificações para o rápido evoluir do movimento associativo, no final da década de 1880, resultaram da conjugação de vários factores, com a questão fiscal à cabeça, também relacionados com o combate aos grandes armazéns,

considerados como a “nova feudalidade” que ameaçava “devorar” o pequeno comerciante, e a necessidade de enquadramento político e social de um grupo que se sentia “inconfortável” entre a pressão vinda de cima, dos negociantes, ou de baixo, de uma “massa crescentemente militante” de trabalhadores de colarinho-branco, onde se incluíam os caixeiros, com claras tendências socialistas (Nord, 1986:23-44). No caso da Inglaterra, as motivações foram igualmente variadas, passando pela necessidade dos lojistas responderem “a um mundo de negócios cada vez mais complexo, o qual estava progressivamente a ser colocado sob a regulamentação e inspeção estatal”, ou pelas críticas ao sistema fiscal e à “concorrência injusta”, onde se destacava uma “feroz” contestação às cooperativas de consumo (Winstanley, 1983:75-83).

Uma parte destes factores esteve longe das preocupações dos lojistas de Lisboa, nomeadamente, a questão da concorrência dos grandes armazéns e das cooperativas de consumo. Também nunca aparentaram estar preocupados com o movimento socialista em Portugal, aliás irrelevante em termos políticos e pouco representativo em termos sociais, até 1910. Da observação de toda a documentação produzida pela ACLL entre 1870 e 1890, entre relatórios, representações, actas de reuniões e *Boletim*, nunca estas temáticas foram sequer abordadas. No período que decorre até à queda da Monarquia, as referências são meramente pontuais e nunca apresentadas como um perigo ou um risco político, económico ou social, pelo que esta ausência poderá ser considerada como um bom indicador de que as mesmas estavam longe de representar qualquer força aglutinadora da pequena burguesia comercial de Lisboa (Alves, 2012). Efectivamente, eram outras as preocupações dos lojistas, essas sim em relativa sintonia com os colegas europeus, nomeadamente, as questões fiscais, uma desconfiança face à intervenção reguladora do Estado e, em especial, uma aversão muito evidente em relação aos monopólios.

Entre o liberalismo e o radicalismo: o discurso dos “pequenos interesses”

Historiadores como José Tengarrinha, Vasco Pulido Valente ou Rui Ramos apontam um aspecto comum na caracterização da pequena burguesia comercial portuguesa do final do século XIX. Todos, sem excepção, falam da “luta”, “aversão” e “ódio” que este grupo social nutria pelos chamados “monopólios” (Ramos,

1994:184; Tengarrinha, 1983:67-68; Valente, 1999:52). A historiografia europeia usa os mesmos argumentos na descrição e explicação dos ressentimentos sociais e políticos deste grupo em países como a Alemanha, a França ou a Inglaterra. Nesta última, os lojistas eram particularmente atraídos por grupos de pressão política que tinham como alvo do seu discurso os governantes acusados de gastarem os dinheiros públicos “em despesas militares [e] monopólios improdutivos” (Winstanley, 1983:27). Na França da viragem do século, as associações de defesa dos interesses dos lojistas sonhavam com um mundo livre de monopólios, com uma “república de pequenos proprietários [e] (...) pequenas empresas”, numa visão elaborada em oposição aos grandes armazéns de venda a retalho que tinham proliferado nas cidades francesas desde a década de 1870 (Crossick and Haupt, 1995:157-158). Um pouco por toda a Europa ocidental a imagem de radicalismo político da pequena burguesia era construída com um discurso que descrevia os governos, “não como servindo o povo, mas sim os monopolistas” (Crossick and Haupt, 1995:164). A pequena burguesia é descrita, no fundo, como um grupo social sempre pronto a “lutar contra os monopólios” (Crossick and Haupt, 1984:76), “hostil aos monopólios” (Nord, 1986:42).

Entre as ambiguidades da pequena burguesia radical francesa de finais do século XIX estava uma defesa da “propriedade privada em oposição aos socialistas” levada a cabo em simultâneo com a “crítica aos monopólios financeiros” (Crossick and Haupt, 1984:15). Ou até uma “evocação solene (...) do cidadão trabalhador por oposição ao monopolista devorador” (Crossick and Haupt, 1984:177). Uma imagem que usava terminologia de origem jacobina ao melhor estilo do ano revolucionário de 1793 (Crossick and Haupt, 1984:111). Apesar da ausência de um discurso contra o “perigo” socialista, também os lojistas em Lisboa eram acusados no final do século XIX de, nos seus protestos contra às medidas governativas, recorrerem a uma retórica de “sabor jacobino” (Alves, 2012:297).

No entanto, em alguns casos os lojistas entendiam que os “monopólios eram inevitáveis e até úteis” e nestes casos deveria ser o Estado a “nacionalizar e administrar os monopólios”. Estavam neste caso, os negócios relativos à distribuição postal e ao tabaco, como defendiam os lojistas e as suas associações em Paris, no final do século XIX (Nord, 1986:289). Os lojistas ingleses estavam politicamente comprometidos com aqueles que defendiam que os chamados monopólios “naturais”

(gás, água e comunicações) deveriam ficar nas mãos do Estado, pois a sua cedência a interesses privados era um caminho aberto para abusos e subidas de preços (Winstanley, 1983:29). Em Lisboa, no ano de 1891, os lojistas aderiram em massa a um protesto contra a entrega do monopólio do gás a uma companhia privada, uma vez que isso implicaria, segundo os seus argumentos, “um aumento da pressão fiscal” (Alves, 2012:242).

Esta forma de radicalismo e de linguagem era, aliás, um dos aspectos que aproximava sociológica e culturalmente a pequena burguesia comercial e a sua clientela popular, e que ao mesmo tempo a comprometia ainda “com uma ideologia democrática, liberal, anti-privilégios e anti-monopólios” (Crossick and Haupt, 1984:19 e 72-73). Imagem que mudaria rapidamente após o duplo impacto da Primeira Guerra Mundial e das ondas de choque da Revolução Russa.

Mas pelo menos até 1914 e, em particular, no caso português, a visão do lojista sobre o que deveria ser um Estado “liberal” não se coadunava obviamente com a ideia de um intervencionismo permanente na esfera particular, dos negócios. Na base até poderia estar um bom objectivo, a regulação do preço e da qualidade, mas não deixava de ser uma “extravagante ideia” ver um governo a “fazer [de] comerciante e industrial”. Com as devidas excepções, isso era um caminho para a criação de monopólios de Estado que só tinham como resultado a morte da “concorrência legal, legítima, filha do trabalho, da inteligência e dos esforços de cada um” (ACLL, 1888, no. 6, Junho, 5-6; ACLL, 1889, no. 18, Junho, 6-7).

Contudo, nem era propriamente a preponderância das companhias monopolistas que acabava por radicalizar o discurso dos lojistas. No fundo, os homens que estavam à frente dessas empresas desejavam o mesmo que os pequenos comerciantes, “bons dividendos”, ter lucro, prosperar, o que era perfeitamente razoável e expectável na opinião dos lojistas. O que já não era aceitável e gerava ressentimentos era que o Poder e os políticos se imiscuissem nos negócios que deveriam ser privados, distorcendo a concorrência através da outorga de concessões e privilégios que levavam aos monopólios. E isto acontecia porquê? Na opinião dos lojistas, porque “tudo isto é de meia dúzia de sujeitos, que tão depressa estão no governo, como são directores de companhias, bancos, etc., etc.” (ACLL 1888, no. 7, Julho, 7) Neste aspecto, é de notar que cedo começou a ser estabelecida uma relação

entre a marcha da política e a dos negócios, algo que vai estar muito presente no discurso dos lojistas no final da Monarquia.

Conclusão

Num aspecto os lojistas de Lisboa estavam claramente a par do que era comum entre os seus colegas europeus e isso é visível não só na questão dos monopólios, mas igualmente noutras consideradas importantes pela gente do pequeno comércio. Lá, como cá, as ideias de independência e propriedade, centrais na definição do papel do lojista na sociedade, eram defendidas de forma apaixonada pela pequena burguesia e “eram frequentemente defendidas tendo em conta mais a possível devastação de que poderiam ser alvo por parte dos ricos e poderosos, do que qualquer ameaça colocada pelos que não eram proprietários.” (Crossick and Haupt, 1995:9) Mesmo a resistência e as críticas lançadas às cooperativas e às grandes cadeias comerciais, em Inglaterra, por exemplo, não eram entendidas contra a concorrência e sim a favor de uma concorrência “pura”, invariavelmente relacionada com a preservação do lojista individual e nessa perspectiva enquadravam-se na defesa de um certo paradigma liberal, mesmo que defendido a partir de associações profissionais ou “de classe”, como os lojistas de Lisboa definiam a sua (Alves, 2012:164). A imagem que se transmitia era a de uma sociedade onde cada um, pela ausência de monopolistas, pudesse aspirar a ter sucesso e prosperidade (Winstanley, 1983:89).

No fundo, nestas ideias que eram comuns aos lojistas de Lisboa está subjacente a visão de que a pequena burguesia portuguesa sempre esteve mais convencida que era efectivamente ameaçada pelos privilégios, pela corrupção, pelos monopólios dos ricos e poderosos do que pelo socialismo da classe trabalhadora, pelo menos até aos anos iniciais da Primeira República (Ramos, 1994:200-201; Alves, 2012:229). Ora, foi precisamente esta posição, profundamente enraizada no pequeno comércio lisboeta e claramente perceptível no seu discurso que o impulsionou para uma identificação cada vez maior com os republicanos e a sua propaganda de denúncia de escândalos, corrupções e prepotências praticadas pelos homens políticos da Monarquia. Os lojistas, uma “gente orgulhosa, segura de si e ferozmente

independente”, ressentiam-se da preponderância de uma “«oligarquia» reinante, que frustrava as suas ambições sociais e fazia dolorosamente sentir os limites da sua posição subordinada” (Valente, 1999:48), tornando ainda mais atractivo o discurso moralizador e igualitário do republicanismo.

Fontes e bibliografia

- ACLL, 1870a. *Estatutos da Associação Commercial de Logistas de Lisboa*, Lisboa, Typographia Universal.
- , 1870b, *Relatório e contas*.
- , 1886, *Relatório e contas*.
- , 1888, *Boletim da Associação Commercial de Lojistas de Lisboa*.
- , 1889, *Boletim da Associação Commercial de Lojistas de Lisboa*.
- , 1892, *Boletim da Associação Commercial de Lojistas de Lisboa*.
- , 1893, *Boletim da Associação Commercial de Lojistas de Lisboa*.
- ALVES, Daniel, 2012, *A República atrás do balcão: os Lojistas de Lisboa e o fim da Monarquia (1870-1910)*, Chamusca, Edições Cosmos.
- BENSON, John, 1992, “Small-Scale Retailing in Canada” in John Benson & Gareth Shaw (Ed.), *The Evolution of Retail Systems, 1800-1914*, Leicester, Leicester University Press: 87-101
- BERGER, Stefan (Ed.), 2006, *A Companion to Nineteenth-Century Europe, 1789-1914*, Blackwell Companions to European History, Malden, Blackwell Pub.
- BERNARDO, Maria Ana Rodrigues, 1997, “Les élites agraires portugaises au XIXe siècle: entre groupes de pression et associations”, *Histoire, économie et société* 16 (2): 189-202.
[doi:10.3406/hes.1997.1941](https://doi.org/10.3406/hes.1997.1941).
- BLACKBOURN, David, 1977, “The Mittelstand in German Society and Politics, 1871–1914”, *Social History* 2 (4): 409–33. [doi:10.1080/03071027708567388](https://doi.org/10.1080/03071027708567388).
- , 1984, “Between Resignation and Volatility: The German Petite Bourgeoisie in the Nineteenth Century” in Geoffrey Crossick & Heinz-Gerhard Haupt (Eds.), *Shopkeepers and Master Artisans in Nineteenth-Century Europe*, London, Methuen: 35-61.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, 1986, “A Associação Commercial do Porto no contexto político-económico nortenho e nacional (segundo quartel do século XIX)”, *Análise Social* 22 (91): 331-67.
- CROSSICK, Geoffrey & HAUPT, Heinz-Gerhard (Eds.), 1984, *Shopkeepers and Master Artisans in Nineteenth-Century Europe*, London, Methuen.
- , 1995, *The Petite Bourgeoisie in Europe 1780-1914: Enterprise, Family and Independence*, Londonm Routledge.
- Diário de Portugal: defensor dos lojistas*, 1864.
- ERICSSON, Tom, 1984, “The Mittelstand in Swedish Class Society 1870-1914”, *Scandinavian Journal of History* 9 (4): 313-28.
- , 1988, *Mellan kapital och arbete. Småborgerligheten i Sverige 1850-1914*, Almqvist & Wiksell International.
- GOODOLPHIM, Costa, 1974, *A Associação*, Lisboa, Seara Nova.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 1978, Lisboa, Editorial Enciclopédia.

- JAUMAIN, Serge, 199, *Les petits commerçants belges face a la modernité, 1880-1914*, Bruxelles, Éd. de l'Université de Bruxelles.
- JAUMAIN, Serge, & GAIARDO, Lucia, 1988, “«Aide-toi et le gouvernement t'aidera.» Les réponses de l'Etat à la crise de la petite bourgeoisie (1880-1914)”, *Revue belge d'histoire contemporaine*, 19: 417-71.
- LEMOS, Maximiano, 1900, *Encyclopedia Portuguesa Illustrada: dicionário universal*, Vol. 3. Porto, Lemos & Co.
- LOUSADA, Maria Alexandre, 2004, “Tradição e renovação nas associações profissionais” in João Freire (Ed.), *Associações Profissionais em Portugal*, Oeiras, Celta.
- MAYER, Arno J., 1975, “The Lower Middle Class as a Historical Problem”, *Journal of Modern History* 47 (3): 409-37.
- MORRIS, Jonathan, 1993, *The Political Economy of Shopkeeping in Milan, 1886-1922*, Cambridge, Cambridge University Press.
- , 1997, “Les associations de détaillants en Italie à la fin du XIXe siècle”, *Histoire, économie & société* 16 (2): 237-57.
- , 2002, “Traders, Taxpayers, Citizens: The Lower Middle Classes from Liberalism to Fascism”, *Modern Italy* 7 (2): 153-69.
- NORD, Philip G., 1986, *Paris Shopkeepers and the Politics of Resentment*, Princeton, Princeton University Press.
- NÚÑEZ SEIXAS, Xoxé M., 1996, “¿Una clase inexistente? La pequeña burguesía española (1808-1936)”, *Historia Social*, n.º 26: 19-45.
- PEREIRA, Ana Paula, 1994, “A Associação Comercial de Lisboa e a grande burguesia comercial da Praça da Lisboa. Um projecto de desenvolvimento do comércio externo português (1890-1926)”, Mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- RAMOS, Rui, 1994, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, *História de Portugal*, VI. Lisboa, Círculo de Leitores.
- RANGEL CONTLA, José Calixto, 1972, *La pequeña burguesía en la sociedad mexicana, 1895 a 1960*, México, Universidad Nacional Autónoma de México.
- SANTOS, Fernando Piteira, 1975, “Associação (Direito de)” in Joel Serrão (Ed.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas.
- SANTOS, Luís Aguiar, 2004, *Comércio e política na crise do liberalismo: a Associação Comercial de Lisboa e o reajustamento do regime proteccionista português, 1885-1894*, Lisboa, Edições Colibri.
- SUBACCHI, Paola, 1997, “Organisations économiques et groupes de pression en Europe au XIXe siècle et au début du XXe siècle”, *Histoire, économie et société* 16 (2): 155–66.
[doi:10.3406/hes.1997.1939](https://doi.org/10.3406/hes.1997.1939).
- TENGARRINHA, José Manuel, 1983, *Estudos de história contemporânea de Portugal*, Lisboa, Caminho.
- , 2002, *História do Governo Civil de Lisboa*, Vol. I. Lisboa, Governo Civil de Lisboa.

- TORGAL, Luís Reis (Ed.), 1993, *O Liberalismo*. Vol. V. *História de Portugal*, Lisboa, Estampa.
- TRINDADE, Luís & SANTOS, Miguel & CARVALHO, Rita, 2002, *História da Associação Comercial de Lisboa: da fundação nacionalista à integração Europeia*, Lisboa, Câmara de Comércio e Indústria/Associação Comercial de Lisboa.
- ULLMANN, Hans-Peter, 1997, “Groupes de pression économiques en Allemagne entre la fin du XIXe siècle et le début du XXe siècle”, *Histoire, économie et société* 16 (2): 299–309.
[doi:10.3406/hes.1997.1947](https://doi.org/10.3406/hes.1997.1947).
- VALENTE, Vasco Pulido, 1999, *O Poder e o Povo*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- WINSTANLEY, Michael J., 1983, *The Shopkeeper's World, 1830-1914*, Manchester, Manchester University Press.